

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.548 - AC (2019/0334540-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : VALFRÂNIO DA SILVA RODRIGUES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE - CURADOR ESPECIAL
RECORRIDO : BRUNO TADEU BEZERRA PAIVA
ADVOGADO : RAIMUNDO NONATO DE LIMA - AC001420

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por VALFRÂNIO DA SILVA RODRIGUES em face de acórdão proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado do Acre, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. CURADOR ESPECIAL. PRAZO IMPRÓPRIO. RECEBIMENTO DOS EMBARGOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA CITAÇÃO POR EDITAL EM RAZÃO DO NÃO EXAURIMENTO DAS TENTATIVAS DE LOCALIZAÇÃO DO RÉU. NÃO ACOLHIMENTO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DO DEMONSTRATIVO DO DÉBITO. PEÇA ESSENCIAL PARA O MANEJO DA EXECUÇÃO. NECESSIDADE DE EMENDA À INICIAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Tendo em vista a necessidade do curador especial manifestar-se para evitar consequências desfavoráveis ao réu revel citado por edital, aplicam-se a eles prazos impróprios para contestar ou para propor embargos à execução, não havendo que se falar em intempestividade nestes casos

2. São próprios, porém, os prazos para o curador especial praticar os demais atos no processo, especialmente para a interposição de recursos, sob pena de impossibilidade de formação da coisa julgada e de ofensa ao princípio da segurança jurídica.

3. Estando o processo em condições de imediato julgamento, procede-se desde logo o exame das questões de mérito suscitadas pelo Embargante/Recorrente, em cumprimento ao disposto no art 1013, §3º, I, do CPC.

4. Nos termos do art. 256, do CPC, a citação por edital tem cabimento quando esgotadas as tentativas de se localizar o réu.

5. A considerar o elevado grau de subjetivismo quanto à corriqueira expressão "esgotamento das diligências" deve a questão, inevitavelmente, ser examinada à luz do princípio da razoabilidade e da duração razoável do processo, a fim de não levar o instituto à completa ineficácia.

6. *Impõe aferir em cada caso, e a despeito do exaurimento das tentativas possíveis, se as diligências empreendidas induzem, com elevado grau de confiança, à incerteza do local em que se encontra o réu, ao tempo em que dispensam, por sua credibilidade, a realização de outras medidas em tal sentido.*

7. *Hipótese dos autos em que as tentativas de se localizar o réu, inclusive com suporte de informações oriundas do órgão de trânsito (detran), revelam-se suficientes ao deferimento da citação por editais, dispensando-se a realização de outras diligências.*

8. *A petição inicial da demanda executiva deve ser instruída com o demonstrativo do débito atualizado, na forma do artigo 798 do Código de Processo Civil*

9. *Diante da ausência de tal peça ou de descrição na petição do cálculo efetuado para a apuração do quantum exequendo, há de ser determinada a emenda da Inicial.*

conforme o comando previsto no artigo 801 do Código de Processo Civil.

10. *Recurso parcialmente provido." (fls. 87-89)*

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do recurso especial, o agravante alega violação dos arts. 256, 257 e 280 do Código de Processo Civil, sustentando, em síntese, a nulidade da citação por edital, haja vista não ter sido esgotados todos os meios possíveis para a realização da citação por outra forma.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 180/186..

É o relatório.

O Tribunal *a quo*, em verificação detida do caso concreto, reconheceu que as diligências realizadas, em que pese não terem sido esgotadas em homenagem ao princípio da razoável duração do processo, foram de fato infrutíferas, mas suficientes a ensejar, sim, o manejo da citação por edital, nos seguintes termos:

"Mas, afinal, em que consiste a expressão "esgotamento das tentativas de localização do réu"? Bastaria a consulta ao cadastro da Receita Federal do Brasil? Ou seria necessário verificar também junto a todas as companhias de telefonia móvel, companhia de saneamento básico, companhia de energia, listas telefônicas, dentre outros?"

Esse elevado grau de subjetivismo pode levar à completa ineficácia do texto legal que prevê a possibilidade de citação por edital - art. 246, inciso IV, do CPC -, até mesmo porque, se levada essa tentativa de esgotamento às últimas consequências, talvez a

parte exequente nunca consiga efetivamente exaurir as possibilidades de tentativas, tanto mais se se considerar um critério puramente pessoal do magistrado. É dizer, para uns bastaria a consulta a um órgão público; para outros seria necessária a verificação a vários órgãos públicos; para outros também seria necessária a consulta junto a órgãos privados.

Por tal razão, a questão, inevitavelmente, deve ser examinada à luz do princípio da razoabilidade e da duração razoável do processo, para que a citação por edital possa ter aplicabilidade no processo, até por se tratar, não esqueçamos, de ato influente na retroação da interrupção da prescrição à data da inicial.

Sob esta ótica, penso deva ser aferido em cada caso, e a despeito do exaurimento das tentativas possíveis, se as diligências empreendidas induzem, com elevado grau de confiança, à incerteza do local em que se encontra o devedor, ao tempo em que dispensam, por sua credibilidade, a realização de outras medidas em tal sentido.

Na hipótese dos autos, observa-se que precederam o deferimento da citação por edital no feito executivo as seguintes diligências:

(...)

Conforme se observa, as diversas tentativas de se localizar o réu, inclusive com suporte das informações apresentadas pelo sistema do órgão de trânsito (detran), revelam-se suficientes para, com elevado grau de confiança, desvelar, no caso concreto, a incerteza do local em que se encontra o devedor, sendo, portanto, desnecessárias a realização de outras medidas nesse sentido.

Com efeito, não há razão para se acolher a tese de nulidade da citação por edital suscitada pelo Apelante." (fls. 100/101)

Nesse contexto, tendo o acórdão recorrido reconhecido que as diligências realizadas se mostraram suficientes para que se procedesse à realização da citação por edital, o exame da questão demanda reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta Corte, a teor da súmula 7/STJ.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE AGRAVANTE.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a citação por edital somente é admitida quando previamente esgotadas as tentativas de localização da parte demandada. A revisão do aresto impugnado no sentido pretendido pela parte recorrente exigiria

derruir a convicção formada na instância ordinária no tocante à ciência acerca do paradeiro da parte demandada ou mesmo sobre a inexistência de prévias diligências para a obtenção do seu endereço comercial, medida vedada pela via do recurso especial. Incidência da Súmula 7 do STJ.

2. Agravo interno desprovido."

(AgInt no AREsp 1346536/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 30/09/2019, DJe 07/10/2019)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CITAÇÃO POR EDITAL. VALIDADE. ESGOTAMENTO DOS MEIOS NECESSÁRIOS PARA LOCALIZAR O RÉU. SÚMULA 7 DO STJ. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS ÀS REPARTIÇÕES PÚBLICAS. AUSÊNCIA DE IMPOSIÇÃO LEGAL. PRECEDENTE DESTA CORTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Para modificar o que foi decidido pela Corte de origem, no tocante à ausência de nulidade da citação por edital, em virtude do cumprimento de todas as diligências necessárias para citação pessoal do réu, seria necessário o revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos, providência incabível no recurso especial ante o óbice previsto na Súmula 7 desta Corte.

(...)

3. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 1233310/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 21/05/2018)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator